Actas do Colóquio Internacional "A Grande Guerra – Um Século Depois",
Academia Militar, 2015, pp. 33-46.

A Maçonaria Portuguesa e a Grande Guerra

António Ventura
Professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa

Quando procuramos compreender o envolvimento de Portugal na Grande Guerra, resultam de grande utilidade os estudos sectoriais, incidindo sobre instituições, organizações e entidades particulares. O recurso a esses estudos monográficos ajudam a elaborar um quadro mais completo da forma como a sociedade portuguesa reagiu perante o conflito nas suas diferentes fases, desde as primeiras manifestações, em Julho de 1914, a discussão sobre o apoio a dar aos Aliados, a participação ou não na guerra no teatro europeu, o evoluir dos acontecimentos dentro e fora do país e, finalmente, as negociações de paz e suas consequências. Já foram produzidos alguns trabalhos significativos, mas muito há a fazer. Refiro-me a estudos sobre os partidos republicanos, o movimento monárquico, as associações sindicais e patronais, a Igreja Católica e as igrejas protestantes, as associações de carácter cívico, cultural e de instrução, etc.

A Maçonaria ganhou um cunho republicano depois de 1910, mas não pode ser considerada no seu todo como uma organização de pressão, com uma agenda determinada de cariz político e até partidário, dada a pluralidade de opções dos seus membros, o que inviabilizava, à partida, o alinhamento com um agrupamento

determinado. Basta comprovarmos que a ela pertenceram políticos dos mais diversos partidos, o que desmente qualquer intuito de controlo e manipulação por parte daquela instituição. De facto, a ela pertenceram dirigentes do Partido Republicano Português como Afonso Costa e António Maria da Silva, do Partido Republicano Evolucionista como António José de Almeida e Simões Raposo, da União Republicana como Brito Camacho e o almirante Tasso de Figueiredo, do Partido Centrista Republicano como o general Simas Machado e Alberto Osório de Castro, do Partido Nacional Republicano (sidonista) como João Tamagnini Barbosa e José Alfredo de Magalhães, do Partido Republicano Conservador como os capitães José Marcelino Carrilho e João Sarmento Pimentel, do Partido Republicano Liberal como António Granjo e Tomé de Barros Queirós, da Federação Nacional Republicana como Machado Santos e o capitão-de-fragata José de Freitas Ribeiro, do Partido Republicano de Reconstituição Nacional como o general Sá Cardoso e José Barbosa, do Partido Republicano Nacionalista como o comandante José Mendes Cabeçadas e Alberto de Moura Pinto, da União Liberal Republicana como Constâncio de Oliveira, da Esquerda Democrática como José Domingues dos Santos e Manuel Gregório Pestana Júnior, do Partido Socialista como Ramada Curto e José António da Costa Júnior, e até o primeiro secretário do Partido Comunista Português, Carlos Rates, foi maçon… Os exemplos são infindáveis, mas atestam bem que, tendo como denominador comum os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, cada um assumia individualmente posições distintas sob o ponto de vista partidário.

Durante a I República, de 1910 a 1926, cerca de metade dos ministros, senadores e deputados foram maçons, bem como três dos sete Presidentes da República e 19 dos 31 chefes de governo.

Mas isto só por si nada quer dizer, uma vez que, individualmente, os maçons assumiam as posições que a sua consciência ditava. Houve, assim, maçons que apoiaram a entrada de Portugal na Grande Guerra, como Afonso Costa e António José de Almeida, e outros que se manifestaram contra, como Brito Camacho e Machado Santos.

Não são, porém, as posições individuais que nos interessam aqui, mas sim as institucionais, isto é, as que vinculavam a Maçonria como organização. E essas eram assumidas pelos seus órgãos: o Grão-mestre, através de mensagens e intervenções, do Conselho da Ordem (o poder executivo), através de circulares, e da Grande Loja ou Grande Dieta (o poder legislativo). Há ainda a registar tomadas de posição de Lojas, especialmente na sua versão profana (grémios) as quais gozavam de uma certa autonomia.

Quando a guerra eclodiu, em Agosto de 1914, existiam em Portugal duas Obediências Maçónicas, duas estruturas federativas que agrupavam Lojas e Triângulos: o Grande Oriente Lusitano Unido, cujo Grão-mestre era, desde 1907, Sebastião de Magalhães Lima, e o Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês, uma dissidência do GOLU em Agosto de 1914, que elegeu como Soberano Grande Comendador o general Luís Augusto Ferreira de Castro.

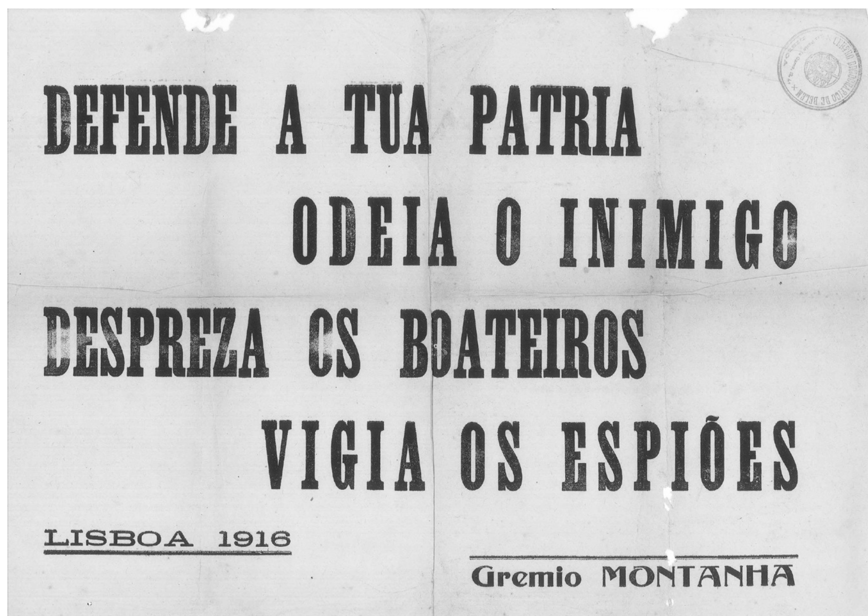
Vejamos qual foi a posição de cada uma em relação à guerra.



Ana de Castro Osório

Em 1914, o GOLU mantinha relações fraternais com diversas Obediências estrangeiras, nomeadamente com a Grande Loja Eclética de Frankfurt, a Grande Loja Mãe Nacional dos Três Globos de Berlim, a Grande Loja Nacional dos Maçons da Alemanha, a Grande Loja da Prússia, a Grande Loja de Hamburgo, a Grande Loja Nacional do Saxe, (Dresden), a Grande Loja O Sol de Bayreuth e a Grande Loja A Concórdia, de Darmstadt. Mantinha também relações com o Grande Oriente da Turquia. Irá cortar com todas elas, a começar pela Grande Loja Eclética de Frankfurt e pela Grande Loja de Hamburgo, «como protesto contra os actos de banditismo e de verdadeira selvajaria praticados pelas hordas do imperialismo teutónico, nas incursões na Bélgica e em França, países aos quais nos ligam laços de fraternidade e de amizade, até que a Franco-Maçonaria alemã tenha demonstrado que reprova e protesta contra as crueldades e vandalismo praticadas pelos exércitos do seu país»[1].

1 *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa*, nº 10 a 12, Outubro – Dezembro de 1914, p. 292-293.



A Maçonaria não esquecia os problemas sociais decorrentes do conflito, mesmo antes da entrada de Portugal no mesmo. Assim, a 13 de Outubro de 1914, o Conselho da Ordem do GOLU emitia uma circular onde comunicava as resoluções da Grande Comissão de Solidariedade, reunida no dia 10:

- Fundação de cozinhas comuns para distribuição gratuita de refeições a operários sem trabalho e seus familiares.
- Distribuição de vestuário a crianças e adultos.

Outra preocupação era incentivar o patriotismo e apoiar os Aliados[2].

Em nova circular de 26 de Outubro, apelava a todos os maçons para que «tentem não só levantar o espírito nacional, como estimular em todos os portugueses o culto da Pátria e o máximo respeito pelo símbolo que a representa», a bandeira. Solicitava que os cidadãos estrangeiros que residiam em Portugal e que costumavam içar a bandeira dos seus países, a acompanhassem com a bandeira portuguesa.

Na reunião de 12 de Outubro, o Conselho da Ordem apoiava as manifestações que a Universidade Livre ia fazer às tripulações dos cruzadores inglês, *Argonaut*, e francês, *Dupeti Thonare*, e contra «os vandalismos dos alemães», levadas a efeito junto das legações belga e francesa.

Tradicionalmente, a Maçonaria Portuguesa assinalava o aniversário da morte do seu antigo Grão-mestre, general Gomes Freire de Andrade, executado em 1817, cuja

[2] Idem, p. 253.

responsabilidade foi atribuída ao marechal Beresford. No entanto, no ano de 1914, devido às relações amistosas com a Inglaterra, «resolveu-se suspender a projetada romagem a São Julião da Barra e a colocação da lápide comemorativa do passamento de Gomes Freire» a fim de não dar «lugar a mal entendidos».

Ocorreram algumas iniciativas isoladas com a da Loja *Fiat Lux, que* promoveu uma subscrição destinada à compra de aeroplanos.

Na sessão comemorativa do 5 de Outubro de 1914, teve um particular relevo a intervenção do capitão Marcelino Carrilho, durante muitos anos Venerável da Loja *Obreiros do Trabalho*: «Termina com chocantes e comovidas palavras, exaltando, a propósito da guerra europeia, o soldado português e recordando que talvez seja a última vez que lhe será dado usar da palavra naquele lugar, porque o seu dever o chama a defender a honra da sua bandeira e a glória de Portugal, e que como português verdadeiro, correrá a cumprir sem hesitar um só momento»[3].

Na reunião de 2 de Novembro de 1914, o Conselho da Ordem denunciava a propaganda contra a ida de tropas para França e propunha a publicação de um folheto para ser distribuído no País, principalmente nos quartéis. Alguns opinaram que tal não seria permitido, sugerindo os jornais como veículo priveligiado.

Na reunião do Conselho da Ordem de 4 de Novembro de 1914 foi aprovada a relação com a Liga Antigermâmica, da qual faziam parte Ana de Castro Osório, Antónia Bermudes – ambas da Loja em instância *Carolina Ângelo* - e Oliveira Leone – da Loja *José Estêvão*.

Na Sessão de 30 de Novembro de 1914 foi aprovada a dispensa do pagamento de capitações, até ao seu regresso a Portugal, aos maçons que fizessem parte das unidades que tivessem que marchar para a guerra. Esta disposição será ratificada a 28 de Maio de 1917.

Na tradicional Mensagem à Grande Dieta, em 20 de Março de 1915, o Grão--Mestre Magalhães Lima referia os efeitos da eclosão da guerra, que inviabilizou a realização do projectado Congresso Maçónico Internacional em Lisboa, agendado para Outubro de 1914:

«Não se realizou em Outubro, como estava projectado, o Congresso Internacional Maçónico. A conflagração europeia opôs-se à sua celebração. Lastimamos profundamente o facto, tanto mais que é o carácter de universalidade que principalmente caracteriza a nossa instituição. O Congresso ter-se-ia efectuado nas melhores condições. Fôramos solenemente prometida a representação do Grande Oriente e da Grande Loja de França, dos Grandes Orientes de Itália, do Brasil, de Espanha, das Repúblicas da América do Sul, da Bélgica, etc., etc. Os delegados escolhidos haviam sido recrutados entre personalidades politicas, cientificas, literárias e artísticas, e o nosso país muito teria a ganhar com a visita desses maçons, que seriam outros tantos propagandistas das belezas da nossa terra. Devemos acrescentar que as nossas relações com as Potencias estrangeiras continuam a ser cordialíssimas, e, sinceramente confessamos, que nos envaidecem as provas com

[3] Idem, p. 284.

que nos têm honrado as sumidades maçónicas do estrangeiro, melhor poderíamos dizer, do mundo».

Magalhães Lima reconhecia que a guerra veio agravar a situação portuguesa:

«À crise económica veio juntar-se a crise política. Dupla crise, que poderá amortalhar-nos se não lhe acudirmos a tempo. A solução da crise política depende do nosso bom senso, do nosso juízo, do nosso patriotismo. A solução da crise económica depende da previsão governativa. Dupla luta — a luta pela independência económica e a luta pela independência civil. Nem Reacção, nem Revolução. Bem sabemos que a crise económica e financeira deriva, em parte, das circunstâncias mundiais, criadas pela guerra e que a crise politica deriva do conflito partidário e dos ódios dos políticos».

«A guerra, a terrível guerra! A catástrofe, a medonha catástrofe! Luto, sangue, carnificina, lágrimas, incêndio, violação, ruínas, orfandade, hecatombes... É isto a humanidade? Não, a humanidade que sonhamos é outra — é a humanidade progressiva, perfectível; a humanidade da ciência, do trabalho; a humanidade que tem por lema a bondade e a beleza moral. E é esta a humanidade que a Maçonaria consagra, aclama, celebra e glorifica.

O Grande Oriente Lusitano Unido não esqueceu o seu dever. Aos Orientes das nações aliadas, da França, da Inglaterra, da Bélgica, enviou, com a expressão da sua solidariedade, os votos mais ardentes pelo triunfo da sua causa, que é também a nossa causa, porque a vitória dos aliados está intima e indissoluvelmente ligada aos nossos destinos, à nossa própria existência, como nação livre e independente. A Maçonaria associou-se a todas as manifestações que, neste sentido, foram feitas em Lisboa. E assim tomou parte nos cortejos organizados em honra da França e da Bélgica e, por igual, se associou às vibrantes aclamações com que foram saudadas as bandeiras dos couraçados inglês e francês que nos visitaram por ocasião do 4.° Aniversário da República»[4].

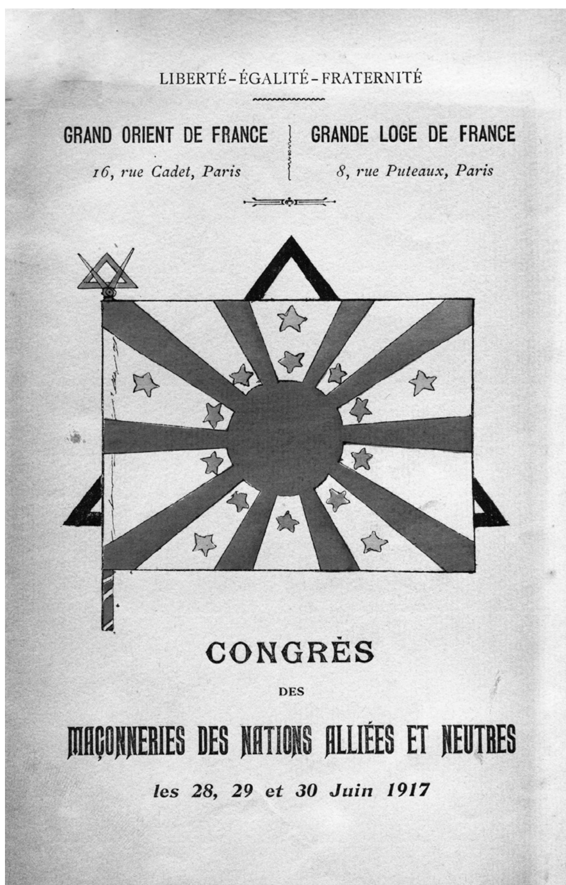
De facto, desde o início do conflito, o GOLU sempre manifestou solidariedade para com os Aliados e o apoio à defesa das colónias portuguesas ameaçadas pelos alemães em África. A 5 de Outubro de 1914, a Loja *Magalhães Lima* enviou mensagens ao general Joffre, ao Supremo Conselho da Bélgica e ao Grande Oriente de Itália, dando conta da solidariedade da Maçonaria portuguesa na luta pela Justiça e pela Liberdade. A Loja *Pátria Integral*, de Luanda, abriu uma subscrição para socorrer os soldados feridos, que rendeu 500$38.

Reeleito Grão-mestre em Dezembro de 1915, agora com António Maria da Silva como Grão-mestre Adjunto, Magalhães Lima endereçou uma saudação a todas as potências maçónicas, em Janeiro de 1916, subordinada ao tema da guerra, dominada pela esperança no «triunfo do Direito e da Justiça sobre o imperialismo nefasto e a tirania mais odiosa»[5].

---

[4] «Mensagem do Grão-Mestre à Grande Dieta», *Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido*, nº 3, Março de 1915, pp. 53 a 61.

[5] *Idem.*, nº 1, Janeiro de 1916, pp. 1 e 2.



Em Março de 1916 ocorria a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, que se tornava, assim, oficialmente beligerante, condição reflectida na mensagem de Magalhães Lima à Grande Dieta de 21 de Março desse ano: «A Maçonaria Portuguesa está intimamente ligada com as Maçonarias dos países aliados. A causa dos aliados é a nossa própria causa, a causa da Honra e do Dever. A nossa sorte está dependente da sua sorte. Com eles teremos de sofrer as consequências da guerra quaisquer que elas sejam. Há dois sistemas, um em frente do outro, que equivalem a dois espíritos antagónicos: o despotismo e a liberdade. E a Maçonaria, embora não seja nem possa ser política, no sentido estreito, mesquinho e egoísta da palavra, sempre se assinalou, em todos os tempos e através todas as vicissitudes, a favor da liberdade contra o despotismo. Sendo, pois, a causa dos aliados a causa da liberdade, do direito e da justiça, é lógico que a Maçonaria se solidarize com eles para todos os efeitos. (…) Perante a guerra que a Alemanha nos declarou, qual deverá ser a atitude da Maçonaria Portuguesa? Qual a sua missão e como realizá-la? A acção maçónica tem e pode exercer-se por várias maneiras: por uma intensa propaganda oral e escrita, tanto em Lisboa como

nas províncias, e principalmente nas províncias e no estrangeiro, para a qual espero contribuir pessoalmente, a fim de esclarecer o público sobre as razões que nos levaram à guerra. São razões de ordem jurídica e de ordem moral, porque para nós os tratados não são pedaços de papel. Honramos os compromissos tomados pela nação tornando-nos dignos de nós mesmos. Mas a acção maçónica deve ainda estender-se ao campo da assistência: fundação de hospitais de sangue, enfermagem, socorros a feridos, a órfãos, a viúvas, estabelecendo com as sociedades humanitárias, como a Cruz Vermelha, uma estreita solidariedade quanto aos meios a empregar e aos fins a atingir.

Entre outras iniciativas, julgamos oportuno lembrar a Associação, ultimamente fundada em Paris, para os órfãos da Guerra, de origem maçónica. A Associação Nacional dos Órfãos da Guerra, criada por um grande movimento de solidariedade popular, recolhe imediatamente, sem formalidades, qualquer que seja o seu número, sobre todos os pontos do território, os filhos cujos pais caiam no campo da honra e educa-os até à maioridade nas suas colónias. A obra dos órfãos da guerra é a obra da *União Sagrada*, que não deve ser apenas uma palavra. É mister e é urgente realizá-la. Não se compreende, no actual momento em que a Pátria periga, qualquer divisão entre portugueses, e muito menos entre maçons. Ergam-se os corações! Esqueçamos retaliações; esqueçamos agravos, que não se compadecem com os intuitos da nossa instituição e abracemo-nos como irmãos que somos, romeiros do mesmo ideal e cruzados da mesma causa. União Sagrada, sim, união de todos os maçons, o que tanto monta dizer união de todos os portugueses num único pensamento, num único sentimento e numa única vontade. E seremos fortes e temidos. E da nossa força resultará a vitória e a imortalidade. (…) Pelo nosso esforço manteremos a nossa independência nacional, a nossa integridade territorial, o património sagrado que nos legaram os nossos maiores, e que por nós derramaram o seu precioso sangue»[6].

O apoio aos Aliados levou Magalhães Lima a uma digressão pelo estrangeiro em missão de propaganda, iniciada em Maio de 1916, durante a qual defendeu a intervenção de Portugal no conflito. Em 1 de Novembro, participou numa reunião internacional maçónica, realizada em França, sob a presidência do general Peigné, com representantes da Bélgica, de Portugal, de Itália, de Espanha e Bélgica; neste encontro assumia o compromisso «de trabalhar pela preparação de uma Europa nova, na qual a Justiça e a Liberdade sejam a base da sociedade das nações para cujo fim contam com o apoio das Potências Maçónicas Latinas e Anglo-saxónicas»[7].

Em Março de 1916, o Conselho da Ordem lançava uma iniciativa intitulada Solidariedade Portuguesa, que consistia na recolha de donativos para que as famílias dos mobilizados continuassem a receber os salários ou ordenados dos que partiam para a guerra como se continuassem nos empregos e ocupações que foram obrigados a abandonar.

---

[6] «Mensagem do Grão-mestre à Grande Dieta», *Boletim*, nº 3, Março de 1916, pp. 37 a 39. Também publicado em folheto autónomo com 8 páginas.

[7] Idem,

O GOLU patrocinou a Junta Nacional de Propaganda Patriótica e protestou contra a propaganda alemã na Madeira, motivo de preocupação pela expressa pela Loja *Pátria Portuguesa*, do Funchal.

A revisão constitucional destinada a introduzir a pena de morte – medida concretizada pelo Decreto nº 635, de 28 de Setembro de 1916 –, em caso de guerra com país estrangeiro, em tanto quanto a sua aplicação fosse indispensável no teatro de guerra, foi igualmente objecto de discussão na estrutura maçónica. A maioria do Conselho da Ordem manifestou-se contra tal eventualidade.

Por ausência de Magalhães Lima do país, António Maria da Silva encarregava-se da leitura da mensagem à Grande Dieta, a 21 de Março de 1917, apelando à unidade entre todos os maçons, ao apoio aos Aliados e ao esforço de guerra desenvolvido por Portugal[8]. A 29 de Abril, nas instalações do Grémio Lusitano, decorreu uma sessão de homenagem ao ministro de Itália em Lisboa, o maçon Attilio Serra, onde discursaram Magalhães Lima e o «Poderoso Irmão Afonso Costa, Presidente do ministério»[9]. Entre 28 e 30 de Junho, o GOLU esteve representado pelo seu garante de amizade junto do Grande Oriente de França, François Nicol, no Congresso das Maçonarias Aliadas e Neutras, realizado em Paris, com o objectivo de preparar a fundação de uma Sociedade das Nações.

O Conselho da Ordem alertava para a necessidade de se preparar o povo para depois da guerra, apostando na educação e na instrução: «precisamos ir preparando o povo para a grande luta económica que, necessariamente, depois da guerra tem de desenrolar-se, e à Maçonaria, mais do que a qualquer outra entidade, compete não perder tempo»[10].

Na Circular nº 14, de 23 de Setembro de 1916, o Conselho da Ordem anunciava: «O momento de preparar os espíritos para que os nossos soldados partam para a linha de combate, chegou.

A propaganda é tão precisa para os que partem como para os que ficam.

Se há hesitações, a culpa é, muitas vezes, das pessoas que rodeiam os designados para partirem, prodigalizando-lhes sentimentalidades doentias que enervam, que desanimam, que amedrontam. Por tais razões, o Conselho da Ordem vem pedir a todas as Oficinas que dispensem todo o seu apoio à Junta Nacional de Propaganda Patriótica, porque será isso útil à Pátria.

As Oficinas que tenham representante junto daquela colectividade podem, querendo, oferecer o seu concurso, pelo intermédio dos seus representantes e aquelas que quiserem aproveitar o intermédio do Conselho da Ordem podem fazê-lo, porque ele ali tem já dois delegados»[11].

---

[8] «Mensagem do Grão-mestre Adjunto à Grande Dieta», *Boletim*, nº 10, Outubro de 1917, pp. 99 a 103. Também publicado em folheto autónomo, com 7 páginas.

[9] *Boletim*, nº 4, Abril de 1917, p. 56.

[10] Idem, nºs 7 a 9, Julho a Setembro de 1916, p. 247.

[11] Idem, p. 248.

A Loja *Pátria Integral*, de Luanda, promoveu a publicação de artigos patrióticos no *Jornal de Angola* e convocou uma reunião de associações para angariar fundos para a Cruz Vermelha, e assistência aos mobilizados. A subscrição aberta no Novo Redondo rendeu 500 escudos em poucos dias. Foi constituída uma comissão de senhoras para continuar em Angola a Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Particularmente importante foi a intervenção do Grão-Mestre Adjunto António Maria da Silva, ministro do Trabalho e da Previdência Social, na reunião do Conselho da Ordem de 23 de Setembro de 1916:

«A nossa Maçonaria deve intervir, e onde se encontrar um maçon deve ele fazer propaganda, cortar asperezas e aconselhar, o que determinará o apaziguamento de más paixões. A Maçonaria pode muito, se por esta forma trabalhar, pois que a propaganda assim feita é aquela que mais eficaz se torna.

A Maçonaria deve intervir já com tudo aquilo de que possa dispor, embora não esteja ainda fixada a data da partida dos nossos soldados para a França, que sairão logo que isso seja possível.

O nosso exército irá para a guerra em França, onde terão a responsabilidade de um sector. O Irmão Ministro da Guerra não se tem poupado a esforços para que aos nossos soldados nada falte e para que possam corresponder honrosamente à responsabilidade que lhes é criada.

As nossas tropas terão em França uns exercícios prévios para se habituarem aos novos processos de fazer a guerra.

Para a Assistência criou-se uma instituição, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, mas esta iá teve de ser modificada pois que mundialmente só se reconhece a Cruz Vermelha.

Sobre assistência que poderá dizer? É assistência feita pela enfermagem, ou a assistência monetária e de carinho às famílias? Pode a Maçonaria estabelecer o posto de informações e para isso poderá porventura concorrer, devido a ser o serviço de correspondência»[12].

O ministro da Guerra e maçon, major Norton de Matos, convidou o GOLU para se fazer representar no funeral do major Afonso Pala, um dos revolucionários de Outubro de 1910 e maçon, morto em combate em Angola.

Dos diversos actos de propaganda promovidos pela Maçonaria, destaca-se a conferência realizada a 27 de Novembro, por Enrique Paul Almarza, espanhol membro da Loja *Livre Exame* de Paris, sobre «Como se conduzem os maçons na Guerra», onde relatou a sua experiência numa visita às trincheiras na Bélgica, e sobre as atrocidades alemãs.

A 1 de Novembro de 1916 reuniram em Paris os Grandes Orientes de Espanha, Portugal (Magalhães Lima), Grande Loja de França, Grande Oriente de França, sob a

[12] Idem, p. 257.

presidência do general Peigné, manifestando «o compromisso de trabalhar pela preparação de uma Europa nova, na qual a Justiça e a Liberdade sejam a base da sociedade das nações para cujo fim contam com o apoio das Potências Maçónicas Latinas e Anglo-Saxónicas»[13]. Nova reunião irá decorrer de 28 a 30 de Junho de 1917, reunindo as maçonarias das nações aliadas e neutras, promovida pelo Grande Oriente de França e pela Grande Loja de França.

Algumas Lojas do GOLU tomaram iniciativas individualmente. A 5 de Outubro de 1914, a Loja *Acácia* publicou um manifesto intitulado «Portugal perante a conflagração europeia», defendendo a aliança com a Inglaterra e apelando: «devemos honrar os nossos compromissos, cooperando com os exércitos aliados, cuja vitória é a única garantia da nossa independência»[14]. Outra Oficina que se destacou no seu apoio à participação portuguesa na guerra foi a Loja feminina *Carolina Ângelo.* Fundada pelo Decreto nº 5, de 30 de Janeiro de 1915 e instalada em 4 de Fevereiro, tinha como Venerável Ana de Castro Osório, destacada republicana, que fundou em 1916 a Comissão Feminina *Pela Pátria*, a partir da qual se formou, no mesmo ano, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, com um papel importante no apoio ao esforço de guerra e no apoio aos soldados. Ana de Castro Osório destacou-se na defesa da participação de Portugal na guerra e publicou inúmeros artigos sobre essa matéria, bem os livros *A Acção da Mulher na Guerra actual* (1915), *Em Tempo de Guerra. Aos Homens e às Mulheres do meu País* (1918) e *De como Portugal foi chamado à Guerra. História para crianças* (1918).

A Loja *Carolina Ângelo* publicou panfletos de cariz patriótico como os que anexamos.

A Loja *Montanha*, uma das mais míticas Lojas do GOLU, pelo papel destacado que teve na Revolução republicana de 1910, publicou um manifesto em defesa da participação na guerra e outro material de propaganda patriótica.

Quanto ao Supremo Conselho do Grau 33º dissidente, também tomou uma posição favorável à participação de Portugal na guerra. A 28 de Setembro de 1914 dirigiu uma mensagem aos Supremos Conselhos da Sérvia, França e Bélgica, solidarizando-se e desejando que «o triunfo da civilização e da Maçonaria sobre o novo atentado do vandalismo germânico»[15]. A 6 de Outubro, nova mensagem aos Supremos Conselhos de Inglaterra, Escócia e Irlanda, exprimindo solidariedade e condenando o «barbarismo teutónico». Em Janeiro de 1915, por sugestão da Loja *Civismo*, propôs que nesse ano houvesse abstenção dos festejos carnavalescos dada a tragédia que se abatia sobre a Europa. Em Abril de 1915 aderiu à campanha da Grécia em apoio da Sérvia. Em Maio de 1916 decide contribuir mensalmente para a Cruz Vermelha Portuguesa.

---

[13] Idem, nºs 10 a 12, de Outubro a Dezembro de 1916.

[14] «Portugal perante a conflagração europeia. Deveres, riscos e vantagens que resultaram da aliança anglo-lusa». Folha solta, assinada pelo Grémio Acácia. A data indicada – 5 de Outubro de 1910 – está errada. Pelo seu conteúdo, comprova-se que se tratou de uma gralha tipográfica. A data correcta é 5 de Outubro de 1914.

[15] *Sup∴ Cons∴ dos GGr∴ IInspect∴ GGer∴ do Gr∴ 33∴ do Rito Escocês Antigo e Aceito para Portugal e suas Colónias. Anuário dos seus Trabalhos no Triénio de 1913 a 1915*, Lisboa, Tipografia Leiria, s. d., p. 86.

PORTUGAL
Perante a conflagração europeia

Deveres, riscos e vantagens que resultam da aliança anglo-lusa

A aliança anglo-luza, que ha bastante tempo parecia ter assumido o caracter de mera citação historica, tornou-se hoje um topico de conversação diaria, e por isso mesmo é de conveniencia indiscutivel relembrar um pouco os deveres que nos traz, os riscos de que nos tem livrado já, as vantagens que nos pode proporcionar.

A nossa aliança com a Inglaterra é antiga: as nossas boas relações datam dos fins do seculo XIV, dos bons tempos de D. João I, *o de Boa Memoria* e os seus heroicos filhos, D. Duarte, D. Henrique, e D. Fernando, tiveram por mãe uma princeza inglesa: não deixa de ser interessante que andem ligados por uma amisade de seculos, nós portuguezes, que abrimos á civilisação o caminho dos mares e os inglezes, que no mar ainda hoje, se manifestam os seus incontestados senhores.

As mesmas vantagens da nossa velha aliança, que a um dos nossos maiores homens de estado, ao grande Marquez de Pombal, mereceu um carinho muito particular, ainda que altivo, já um dia se manifestaram exhuberantemente; quando o imperialismo napoleonico no alvorecer do seculo XIX constituiu uma ameaça á integridade da nossa velha aliada, cuja derrota havia resolvido, ela encontrou em nós auxiliares tão dedicados como decididos; mas quando o grande cabo de guerra resolveu que o nosso paiz desaparecesse do numero das nações independentes, encontrámos nos nossos aliados um apoio tão leal como o nosso lhes havia sido e nos campos de batalha iluminados pelo sol lusitano, portuguezes e inglezes unidos fizeram pela vez primeira empalidecer a estrela napoleonica, o que deu inicio á queda do seu poderio.

Decorreram anos, e se Portugal ainda hoje está num dos primeiros logares entre as nações colonisadoras pois pela estensão e importancia das suas colonias ainda está colocado em terceiro logar, só o prestigio do nosso passado, junto á leal amisade da nossa aliada o tem permitido: bem notorios foram os esforços empregados pelo Imperio Alemão, que hoje baqueia já, para aumentar á custa do nosso, o seu poderio colonial e se sobre todos os nossos dominios d'alem mar, padrão vivo de um passado brilhante, não passaram a flutuar as aguias germanicas, não foram só as nossas limitadas forças proprias que o impediram.

Não faltou a boa vontade e na maneira brutal como fomos desapossados da bahia de Keonga na Africa Oriental e da extensa facha ao longo da margem esquerda do Cunene, na Africa Ocidental — parte do nosso patrimonio que é bem necessario que ao nosso poder volte em breve — bem se manifestaram as ambições teutonicas.

Hoje, como no inicio do seculo XIX, a integridade da nossa velha aliada está novamente ameaçada pois mais que a França é a Inglaterra visada pelo cesarismo alemão, que tem sido um inimigo nato do poderio britanico; se o nosso concurso numa lucta de tal magnitude não pode ser decisivo, ele é não só o cumprimento de um dever de lealdade, mas tambem uma necessidade para a nossa existencia como nação independente e colonial.

De facto, a lucta ha de ter uma de duas soluções: a victoria dos aliados, e portanto a victoria da Inglaterra, ou a victoria da Alemanha. Qual a nossa situação em cada um dos casos?

Vitoriosa a Alemanha, conhecidas como são as suas ambições de absorpção do nosso dominio colonial, teremos nós, sós, força suficiente para defender a integridade do nosso patrimonio d'alem mar? E aqui mesmo no continente, se fôr vencida a nossa aliada, não correremos nós um risco ainda maior?

Vitoriosos os aliados, portanto a Inglaterra, qual a nossa situação perante ela, se nos tivessemos eximido ao cumprimento do nosso dever?

Finalmente, se ha quatro anos lançámos, cimentados com sangue nóbre e generoso, a base de um regimem de liberdade, que podemos faser hoje senão enfileirar ao lado dos que lutam pelos principios liberaes, contra o despotismo, contra a tirania, contra as veleidades de conquista tão impropria do nosso seculo?

Surgiu para a nossa patria a oportunidade de mostrar que o sangue heroico dos nossos avós não degenerou, que Portugal é ainda a Patria do Gama, de Albuquerque, de Nun'Alvares e de Mathias de Albuquerque tambem; com os olhos postos no futuro, mantenhamos as nossas tradições brilhantes.

Parece que ainda ha quem, disendo-se portuguez, põe os seus odios acima da dignidade que neste momento deve ser norma do nosso proceder, ousando pôr em duvida não só a maneira como devemos honrar os nossos compromissos, cooperando com os exercitos aliados, cuja vitória é a unica garantia da nossa independencia, como pondo em duvida tambem o heroismo e a abnegação dos nossos soldados, que em tempo algum deixaram de mostrar o seu valor; para quem assim pense, que vá todo o nosso despreso, e pondo acima de tudo a honra da nossa terra seja o nosso grito nesse momento:

VIVA PORTUGAL!

VIVA A ALIANÇA ANGLO-LUSA!

Lisboa, 5 de Outubro de 1910.

Gremio Acacia - Lisboa

Tip. Palhares, R. do Ouro, 143 — LISBOA.

Mulheres de Portugal

Estae A'lerta!

DESCONFIAE!!

Os «SEM PATRIA», os «VENDIDOS», os «OPORTUNISTAS» querem explorar o vosso **sentimentalismo** para manter o preço no mercado das proprias consciencias, ou para formar um partido cimentando-o com a **deshonra** da vossa FAMILIA!

Chegou a hora, dizem eles, da vossa intervenção na POLITICA PORTUGUEZA e CITAM **Filipa de Vilhena** para vos pedir que façaes COBARDES vossos filhos TARTUFOS!!

DESPREZAE os RELAPSOS! AFASTAE-OS de vós como a LEPROSOS ou GAFÁDOS! Que não conspurquem os vossos lares, que não pervertam os vossos filhos!

Que auxilio, que camaradagem, vos deram algum dia esses traidores? ONDE OS HAVEIS ENCONTRADO A AMPARAR OS VOSSOS PASSOS, A PATROCINAR AS VOSSAS REIVINDICAÇÕES?

Chegou a hora, sim, da vossa entrada na politica mas para secundar os esforços dos que representem a NACIONALIDADE, dos que busquem erguel-a mais alto no pedestal de gloria que herdámos e que eles querem abater.

Mulheres de Portugal!

As Mulheres da Belgica queriam, como vós, a seus filhos, mas não os ensinaram a **deixar passar** pelo chão da sua TERRA os **soldados alemães!** E se o tivessem feito teriam VIVOS seus filhos mas **deshonrados!!**

Mulheres de Portugal atendei naquele nobre e sublime exemplo fazei como FILIPA DE VILHENA como outras grandes figuras de mulher de que resa a nossa HISTORIA e dizei aos vosos FILHOS, aos vossos ESPOSOS, aos vossos IRMÃOS, aos vossos NOIVOS:

IDE, ide para os CAMPOS onde se lucta pelo DIREITO e pela JUSTIÇA contra a Força, contra o Arbitrio! Ide honrar os compromissos que a vossa PATRIA tem com uma Nação cujos filhos já ali se encontram.

IDE — que se não fores e **outro** inimigo atacar a vossa Terra, com ele, **sós**, vos havereis e a deshonra das vossas irmans o talar das vossas terras o saque das vossas casas será o justo premio da vossa cobardia.

Mulheres de Portugal

Cumpri o vosso dever. Encorajae os vossos filhos, ensinae-os a honrar a patria.

Gremio Carolina Angelo

Composto e impresso na tipographia de José Assis & A. Coelho Dias—R. da Assumpção, 18 a 24

Em circular datada de 5 de Maio de 1916, apontava para um programa de acções que comprendia:

a) Activar a sua correspondência com os Supremos Conselhos estrangeiros, confederados, do Rito Escocês Antigo e Aceito, sobre os assuntos relativos ao estado de guerra em que se achavam empenhadas as nações aliadas

b) Instar com as suas secções pela remessa constante e rápida das informações que interessassem, às nações aliadas, conforme pedido feito pelo Supremo Conselho da Itália;

c) Convidar todas as Câmaras e Oficinas, especialmente as da província e ultramar, a efectuarem conferências patrióticas e de levantamento moral dentro e fora das suas sedes;

d) Promover a inscrição de associados e a obtenção de donativos para a Cruz Vermelha Portuguesa;

e) Exercer activa propaganda em favor da Cruzada das Mulheres Portuguesas;

f) Oferecer as aptidões manuais das educandas do Asilo de S. João, de Lisboa, para confecção de artigos de vestuário, pensos, etc., destinados às tropas portuguesas de terra e mar em operações;

g) Inquirir das causas do agravamento dos câmbios e estudar a forma de evitar o encarecimento da vida.

Para coordenação deste programa foi constituída uma comissão, da qual faziam parte alguns militares conhecidos, como o major Norton de Matos, o coronel Pinto de Magalhães, o tenente-coronel Pereira Bastos, o general Fernando Larcher e o 1º tenente da Armada Carvalho Araújo[16].

Em 14 de Setembro, o Supremo Conselho decidiu emitir credenciais maçónicas para os militares portugueses que iam deixar o país para que pudessem atestar no estrangeiro a sua condição de maçons.

A Loja *19 de Junho*, da Beira, Moçambique, apoiou a Cruzada das Mulheres Portuguesas e instituiu o Prémio António Gouveia Curado, em homenagem a memória do primeiro soldado português morto nos campos de batalha europeus, destinado a galardoar, por ano, dois dos melhores alunos.

Podemos assim concluir que, apesar da situação de conflito existente entre as duas Obediências maçónicas portuguesas, ambas revelaram uma posição muito semelhante perante a Grande Guerra, não obstante terem ocorrido casos isolados de oposição, mas que não afectaram as grandes linhas de actuação da Maçonaria portuguesa: apoio aos Aliados, apoio à participação de Portugal na Guerra, incentivar o patriotismo, propaganda, combate à desmoralização e ao derrotismo, apoio à Cruz Vermelha, aos militares mobilizados, aos feridos e mutilados.

---

[16] *Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do Gr∴ 33∴ para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias. Memória dos seus Trabalhos no Biénio 1916 – 1917*, Lisboa. S. d., pp. 20 a 22.